

RELATÓRIO DE
TRANSPARÊNCIA
FISCAL

// DATA BASE: 3Q2025 // EDIÇÃO 19

SECRETARIA DA
FAZENDA



GOVERNO
DO ESTADO
**RIO
GRANDE
DO SUL**

O RTF

▶ O que é?

Publicação quadrimestral da Sefaz RS, com análise das receitas e despesas da administração fiscal e dos principais passivos e contingências.

▶ Objetivo:

Ampliar a transparência na gestão financeira dos recursos públicos, desde o seu ingresso nos cofres do Tesouro até a sua aplicação.

▶ Dados utilizados:

- Fonte: Cage, Receita Estadual e Tesouro do Estado
- Dados consolidados da Administração Direta, autarquias e fundações
- **Valores nominais**, exceto quando expressamente qualificado



Critérios de apuração dos dados

▶ Exclusões de receitas e despesas

- Transferências de ICMS e IPVA aos municípios. Transferências ao FUNDEB.
- Receitas e despesas intraorçamentárias, pois são repasses entre entidades do próprio Governo (exemplo: do Tesouro para o IPE)
- Despesas pelo critério empenhado.

▶ Objetivo:

Apresentar os recursos efetivamente captados da sociedade e que estão disponíveis para os dispêndios do Estado, evitando duplas contagens de receitas e despesas que inflam os números totais do orçamento.

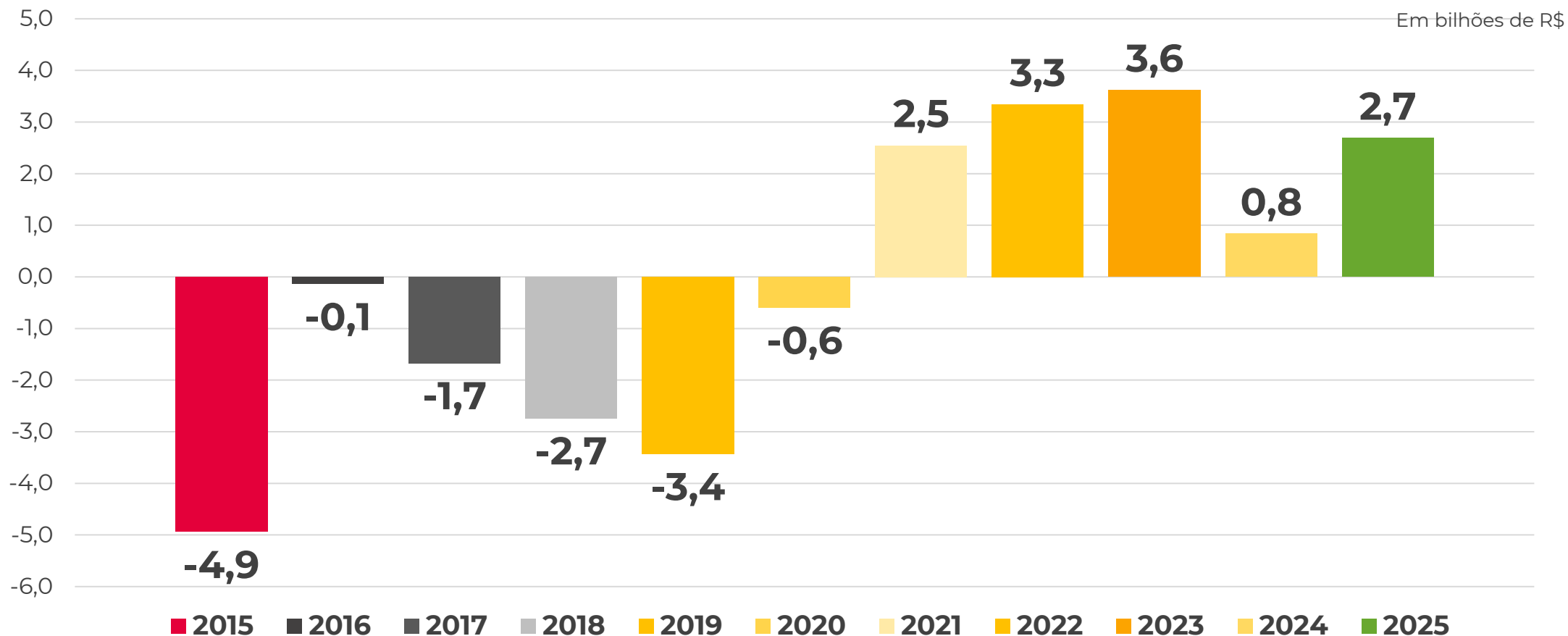
▶ Valores:

- Excluídas receitas intraorçamentárias: R\$ 17,6 bilhões (2025) e R\$ 17,1 bilhões (2024)
- Excluídas despesas intraorçamentárias: R\$ 17,6 bilhões (2025) e R\$ 17,2 bilhões (2024)

PRINCIPAIS RESULTADOS 2025 E SÉRIE HISTÓRICA

O
futuro
nos
vine.

Resultado orçamentário



Nota: O resultado orçamentário considera toda as receitas e todas as despesas do Estado. Nesta série histórica, demonstra-se o Resultado Orçamentário Efetivo, sem operações intraorçamentárias (entre órgãos, fundações e autarquias do Estado).

Resultado orçamentário 2025 ajustado

Detalhamento (R\$ milhões)	
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO PUBLICADO	2.667
(-) Serviço Dívida não executado (RRF)	-2.896
(-) Serviço da Dívida não Executado (repassado ao Funrigs)*	-4.290
(=) Resultado Orçamentário Ajustado Dívida	-4.518
(-) Receitas Extraordinárias	-4.602
Operação de crédito Pró-Sustentabilidade – BID	-1.373
Operação de crédito Precatórios – Bancos Privados	-1.000
Rendimentos SIAC de exercícios anteriores	-1.010
Refaz Reconstrução	-1.219
(+) Despesas Extraordinárias – Calamidade – Funrigs	4.369
(=) Resultado Orçamentário Ajustado	-4.751

- ▶ Efeito **“Financiamento pela União”** RRF
- ▶ Efeito **“Funrigs”** pelo não pagamento da Dívida e aplicação vinculada à calamidade 2024
- ▶ Efeito **Receitas Extraordinárias**
- ▶ **Sem RRF e receitas e despesas extraordinárias**

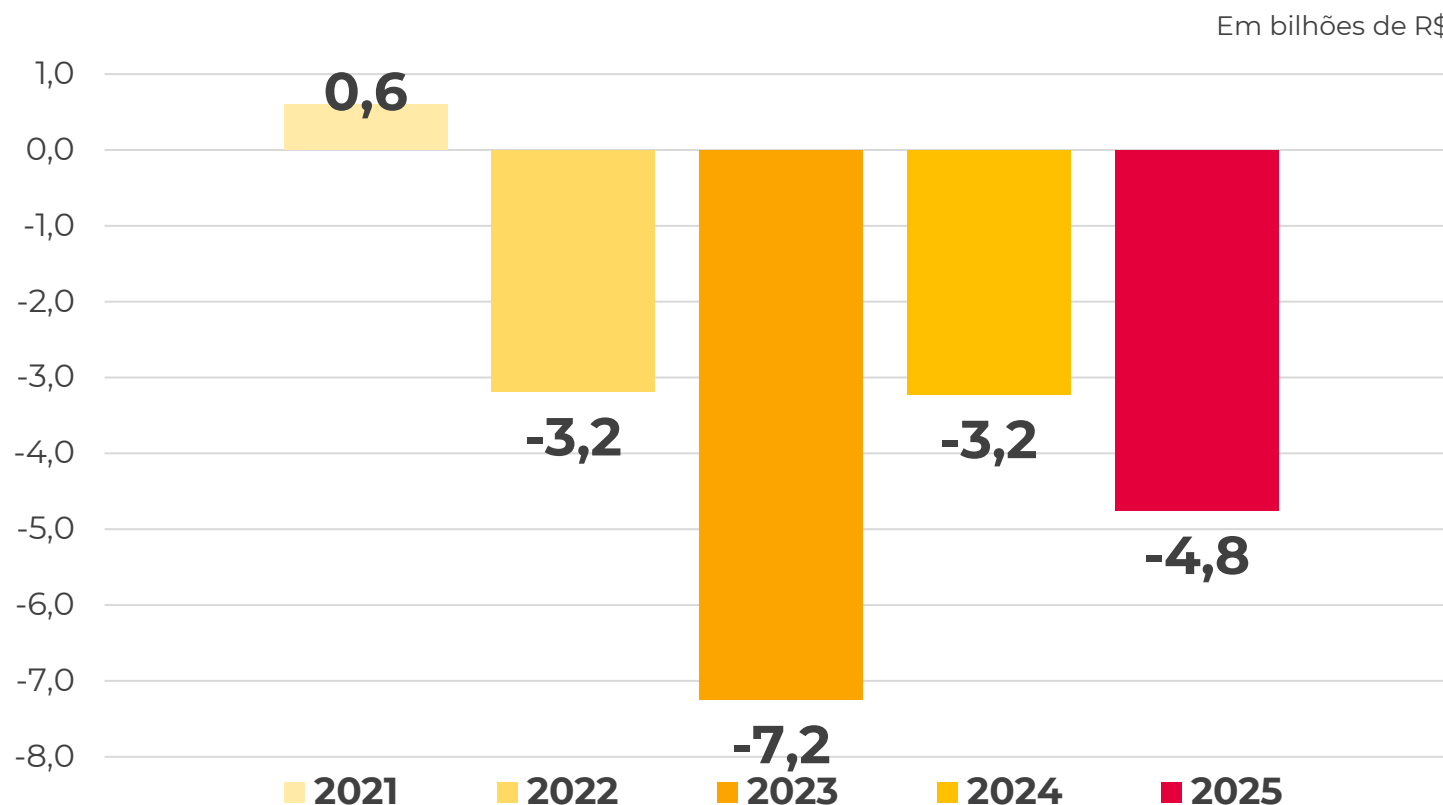
Nota:

* O valor de R\$ 4,3 bilhões, transferido ao Funrigs foi calculado com os encargos originais. Já o valor transferido ao saldo devedor (estoque da dívida com a União), foi de R\$ 2,9 bilhões, pois a atualização monetária foi limitada ao IPCA, conforme LC 206.

Resultado orçamentário ajustado

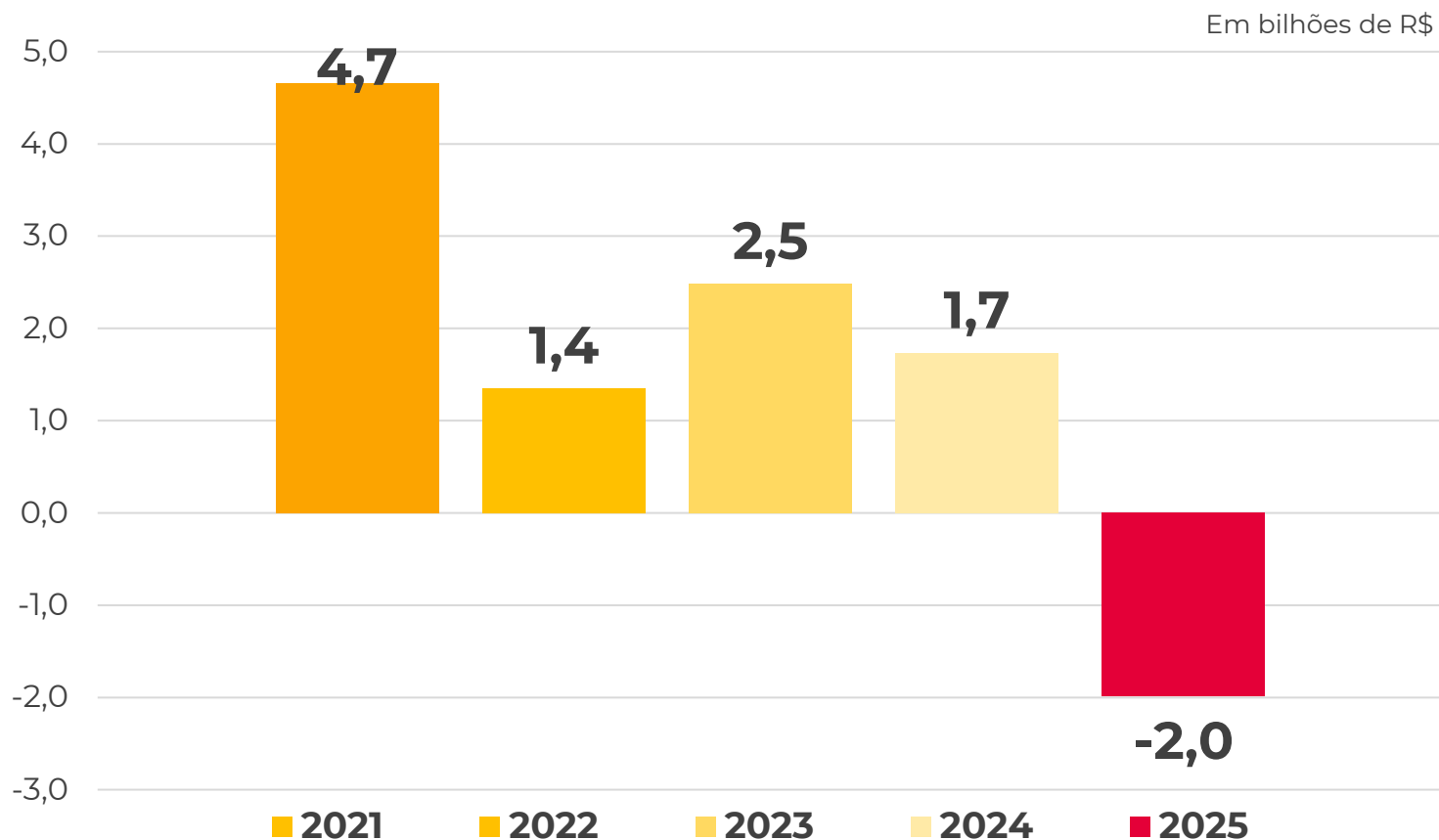
AJUSTES:

- **2024 e 2025:** efeito RRF (parcelas serviço da dívida), serviço da dívida não executado – repassado ao Funrigs e receitas/despesas extraordinárias
- **2022 e 2023:** efeito RRF (parcelas serviço da dívida) e receitas extraordinárias (privatizações, compensações União e outras)
- **2021:** operações CEEE



Nota: O resultado orçamentário ajustado de 2024 difere do divulgado no RTF do 3Q24 (16ª edição), em razão de alinhamento de metodologia com esta 19ª edição do RTF, que anula os efeitos das despesas do Funrigs, visto a característica extraordinária destas despesas.

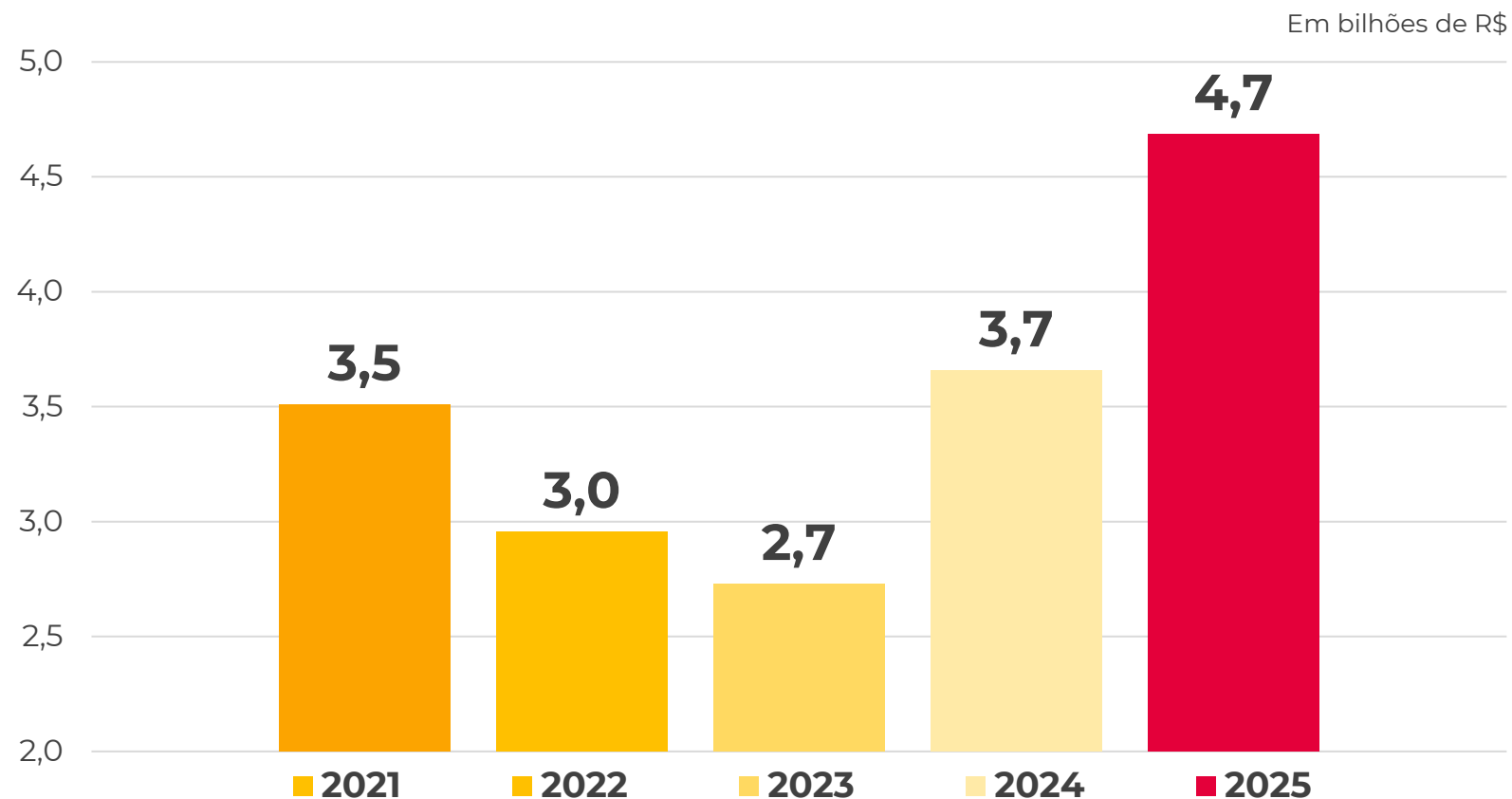
Resultado primário



Nota: O resultado primário exclui do resultado orçamentário as receitas financeiras, como rendimentos de aplicações financeiras e operações de crédito, e as despesas financeiras, como juros e amortizações da dívida. A partir de 2023, sem RPPS.

- Efeito do pagamento de precatórios com recurso de operações de crédito em 2025: **R\$ 1,2 bilhão**
- Pagamento do Funrigs de valores empenhados em 2025: **R\$ 1,9 bilhão**
- Aumento de **R\$ 1,0 bilhão** nos pagamentos de restos a pagar, frente aos pagamentos de RP de 2024

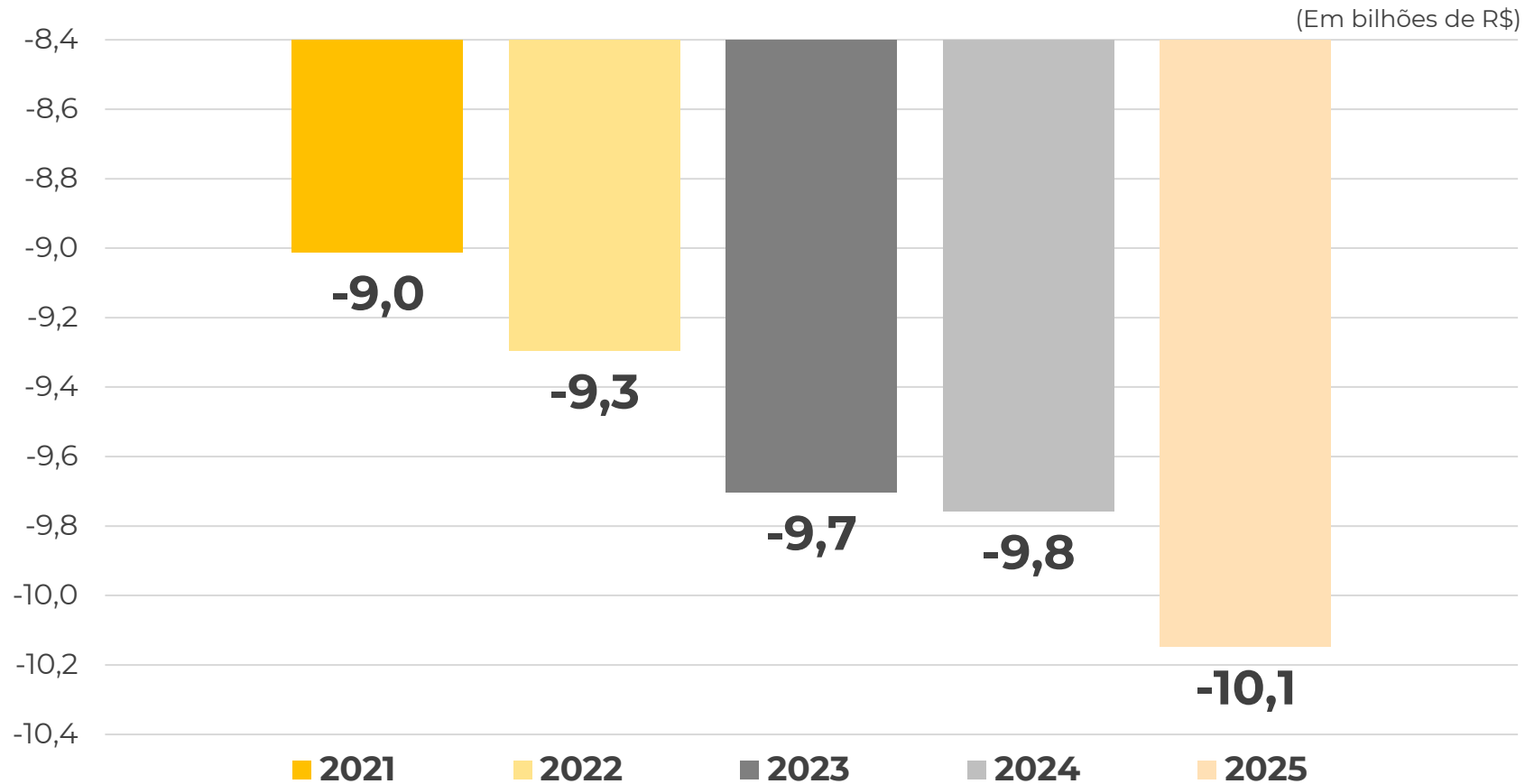
Pagamento de Restos a Pagar (RP)



→ Do valor de RP pago em 2025, R\$ 570 milhões foram com recursos do Funrigs

Resultado previdenciário

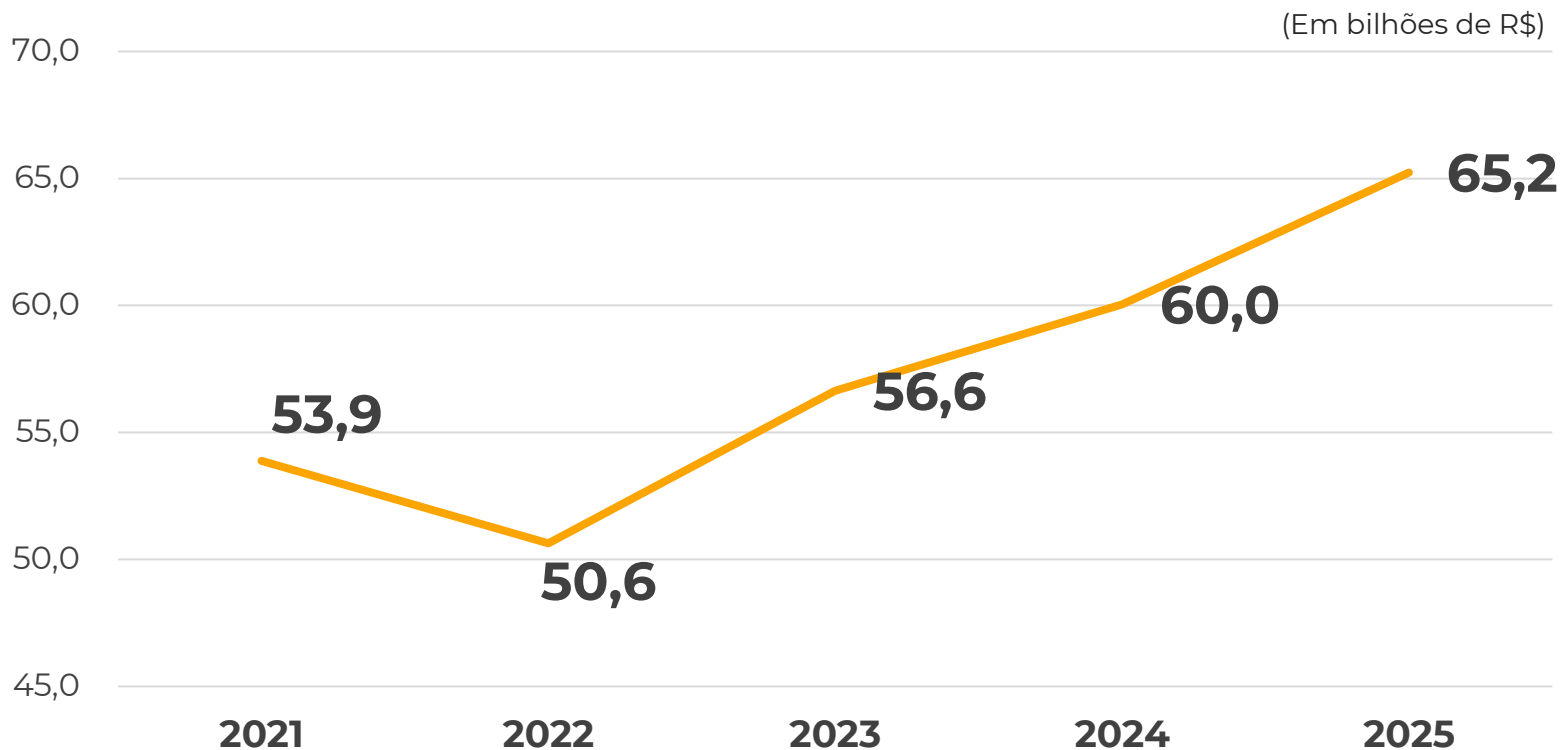
(Fundo Financeiro)



**Aumento de
4% vs 2024**

**Enquanto o IPCA
do período foi de
4,26%**

Receita Corrente Líquida



RCL 2025 de R\$ 65,2 bilhões

Aumento decorre principalmente dos seguintes fatores:

→ Aumento das receitas tributárias líquidas e das receitas patrimoniais de rendimento de depósitos bancários, em sua maioria não recorrentes.



RCL é a referência para aplicação dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Despesa de pessoal



Conversão completa ao critério federal em 2022

2025 X 2024
Crescimento da despesa de pessoal 9,9% e a RCL cresceu 8,8%

PODER EXECUTIVO

44,16%

Abaixo do limite prudencial (46,55%)
Abaixo do limite de alerta (44,10%)

TODOS OS PODERES

52,59%

Abaixo do limite prudencial (57,0%)
Abaixo do limite de alerta (54,0%)

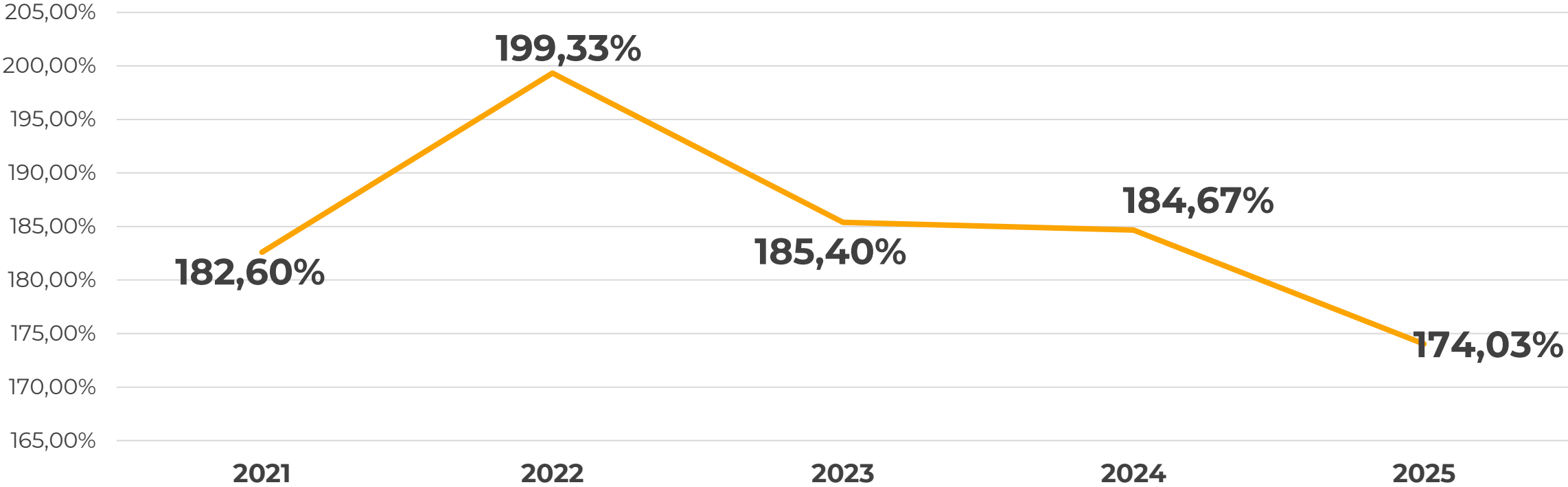
PODER EXECUTIVO: LRF ESTADUAL

44,29%

Média 36 meses

OBS: a partir de jan-21 os indicadores passaram a incluir os pensionistas e o IRRF, conforme LC 178 e EC 109. A partir de jan-22, inclusão das despesas com auxílio bolsa de estudos, Abono Permanência EC 41/03 – RPPS, Gratificação de Direção e dedução das perdas com FUNDEB na RCL.

Dívida Consolidada Líquida (DCL)



Indicador de dívida LRF continua abaixo de 200%

CALAMIDADE CLIMÁTICA

O
futuro
nos
vine.

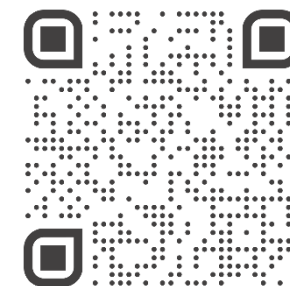
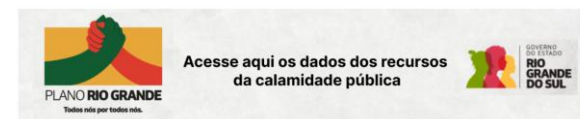
Despesas calamidade climática desde 2024

VALORES EMPENHADOS EM 2024 E 2025	FONTE FUNRIGS	OUTRAS FONTES	TOTAL
Despesas Correntes	2.599	1.085	3.684
Aperfeiçoamento do Planejamento e Mobilidade Urbana	476	33	509
Atuação da Defesa Civil Estadual	4	314	319
Auxílio Emergencial RS - Sedes	140	120	261
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	200	0	200
Desassoreamento, Obras de Macrodrenagem e Recuperação de Estradas Vicinais	200	0	200
Produção de Ações Habitacionais	0	167	167
Outros	1.578	451	2.028
Despesa de Capital	5.310	847	6.157
Restauração e Manutenção de Malha Rodoviária - Crema	1.234	17	1.250
Restauração e Recuperação de Rodovias – Funrigs	1.137	0	1.137
Aumento de Capital Em Vinculada-Portos RS	731	0	731
Conservação de Rodovias	171	254	425
Qualificação das Instalações e Serviços da Brigada Militar	382	0	382
Produção de Ações Habitacionais	360	1	361
Outros	1.295	576	1.870
TOTAL	7.908	1.932	9.841

Despesa empenhada desde 2024

R\$ 9,8 bilhões

- Funrigs – R\$ 7,9 bilhões
- Outras fontes – R\$ 1,9 bilhão



Calamidade climática 2024

R\$ milhões

FUNRIGS	
Recursos Recebidos	6.729
Postergação da Dívida com a União	6.198
Transferência Fundo de Reforma do Estado	100
Rendimentos	209
Anulação de restos	205
Restituições recebidas	18
Despesas empenhadas	7.908
Saldo de Recurso Disponível	-1.179



As despesas são superiores às receitas, pois o empenho representa a autorização orçamentária para realização da despesa e até a efetiva prestação dos serviços e pagamento aos fornecedores, novos ingressos ocorrerão no fundo.

R\$ 6,7 bilhões

O Estado deixou de pagar da dívida com a União (LC 206/2024) e os recursos passam a compor o Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs).

R\$ 100 milhões

Transferidos ao Funrigs do Fundo de Reforma do Estado

R\$ 7,9 bilhões

Do Funrigs empenhados, valor está superior ao disponibilizado ao Funrigs pelo fluxo da despesa

RECEITAS 2025

O
futuro
nos
define.

Receita total efetiva

RS tem elevada autonomia fiscal: impostos correspondem a 56% da RTE

R\$ 72,3 bilhões

Receita Total Efetiva em 2025

+R\$ 6,8 bilhões

aumento vs 2024

+10%

Aumento nominal vs 2024

** Caso se incluam recursos intraorçamentários, a Receita Total soma R\$ 89,9 bilhões.*



Principais fatores que explicam o aumento da receita 2025 vs 2024:

- Incremento da Receita Tributária Líquida: **R\$ 3,2 bilhões**
- Redução das Transferências Líquidas: **- R\$ 742 milhões**
- Incremento nas Contribuições: **R\$ 242 milhões**
- Operação de Crédito em 2024: **R\$ 1,2 bilhão**
- Operação de Crédito em 2025: **R\$ 2,4 bilhões**

Receita total efetiva

Valores em R\$ bilhões

	2025	2024	Δ R\$	Δ %
RECEITAS CORRENTES (exceto intraorçamentárias)	69,6	64,1	5,5	9%
RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA	43,7	40,5	3,2	8%
CONTRIBUIÇÕES	6,2	6,0	0,2	4%
RECEITA PATRIMONIAL	4,6	1,9	2,7	139%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES LÍQUIDAS	13,0	13,6	- 0,6	-4%
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	2,1	2,1	-	1%
RECEITAS DE CAPITAL	2,7	1,5	1,3	85%
RECEITAS TOTAIS EFETIVAS	72,3	65,6	6,8	10%

- **Receita Bruta de ICMS** de R\$ 54,0 bilhões corresponde a um aumento nominal de R\$ 3,1 bilhões (6%) vs 2024. Desse valor, R\$ 1,4 bilhão foi aumento de ICMS Dívida Ativa, principalmente associado ao Refaz Reconstrução.
- **Receita Patrimonial:** aumento com origem principalmente em rendimentos de depósitos bancários dos Poderes e Órgãos Autônomos e do Poder Executivo. Parte dos valores não se refere ao exercício atual, conforme demonstrado no Resultado Ajustado.
- **Transferências Correntes Líquidas:** apesar do aumento das transferências de impostos da União, houve redução no retorno do Fundeb e nas Transferências do SUS.
- **Receita de Capital:** em 2024 houve receita de operação de crédito Pró-Sustentabilidade (pagamento de precatórios) de R\$ 1,1 bilhão e R\$ 85 milhões do Profisco II. Já em 2025, houve o ingresso de R\$ 1,4 bilhão do Pró-Sutentabilidade, R\$ 1,0 bilhão de operação com bancos privados também para pagamento de precatórios e R\$ 34 milhões do Profisco II.

DESPESAS 2025

O
futuro
nos
define.

Despesa total efetiva

→ **Gastos com Pessoal: 59%** da Despesa Total Efetiva

→ **Gastos com Calamidade: 6,4%** da Despesa Total Efetiva

R\$ 69,6 bilhões

Despesa Total Efetiva no 2025

+ R\$ 4,9 bilhões

vs 2024

+ 7,6%

vs 2024

** incluindo despesas intraorçamentários, a Despesa Total soma **R\$ 87,3 bilhões***

Despesa 2024:
R\$ 64,8 bilhões

AUMENTO

- Despesa com Pessoal: R\$ 4,3 bilhões
- Investimentos: R\$ 410 milhões
- ODC: R\$ 2,3 bilhões

REDUÇÕES

- Serviço da Dívida (R\$ 334 milhões)
- Inversões Financeiras (R\$ 1 bilhão)

Despesa total efetiva

(R\$ bilhões)

	2025	2024	Δ R\$	Δ %
DESPESAS CORRENTES	63,8	57,9	5,9	10%
Pessoal e Encargos	41,2	37,0	4,3	12%
Dívida (Juros e Encargos)	0,2	0,9	-0,6	-82%
Outras Despesas Correntes	22,4	20,1	2,3	12%
DESPESAS DE CAPITAL	5,8	6,8	-0,9	-14%
Amortizações de Dívida	-	0,4	-0,3	-87%
Investimentos	5,4	4,9	0,4	8%
Inversões Financeiras	0,4	1,5	-1,1	-71%
DESPESAS TOTAIS EFETIVAS	69,6	64,7	4,9	8%

- **Despesas de Pessoal:** O aumento de ativos e inativos tem origem nas reestruturações de carreiras aprovadas em 2024 e com vigência a partir de janeiro/2025. e no aumento nos pagamentos de precatórios, já que a maioria dos precatórios pagos são despesa de pessoal.
- **Juros e Encargos e Amortização da Dívida:** queda pela suspensão de pagamentos da dívida a partir de junho/24, conforme previsto pela LC 206/2024.
- **ODC:** aumentos explicados especialmente por despesas nas Funções Saúde, Educação e Segurança Pública.
- **Investimentos:** R\$ 2,6 bilhões com a Calamidade Climática.
- **Inversões Financeiras:** Em 2024, houve no aumento de capital de companhias Portos RS (R\$ 731 milhões), Cadip (R\$ 500 milhões) e Badesul (R\$ 100 milhões), já em 2025 foram realizadas capitalizações na EGR (R\$ 45 milhões), Ceasa (R\$ 11 milhões), Badesul (R\$ 20 milhões) e Procergs (R\$ 88 milhões).

Termos de Autocomposição Judicial com o Ministério Público

Despesas com Saúde e Educação

Educação

Com despesas controversas – **29,58%** da RLIT – Mínimo **25%**

Sem despesas controversas – **20,66%** da RLIT – Mínimo em 2025 – **18,34%** da RLIT

→ O acordo prevê **conversão completa de critérios em 15 anos**

Saúde

Com despesas controversas – **12,53%** da RLIT – Mínimo **12%**

Sem despesas controversas – **9,84%** da RLIT – Mínimo em 2025 – **9,83%** da RLIT

→ O acordo prevê **conversão completa de critérios em 6 anos**

DÍVIDA, CONTINGÊNCIAS E PASSIVOS

O
futuro
nos
cuida.

Dívida Consolidada

Em bilhões R\$	2025	2024	Δ %
INTERNAS	108,9	101,6	7,3
UNIÃO	106,5	100,2	6,3
BNDES	0,6	0,6	0,0
BANCO BRASIL E CEF	0,2	0,3	-0,1
BANCOS PRIVADOS	1,0	-	1,0
RFB	0,5	0,3	0,2
DMAE POA	0,2	0,2	0,0
EXTERNAS	10,1	11,0	-0,9
BIRD	5,9	7,6	-1,7
BID	4,2	3,4	0,8
TOTAL DÍVIDA CONTRATUAL	119,0	112,5	6,5
PRECATÓRIOS¹	15,1	16,4	-1,3
TOTAL DÍVIDA CONSOLIDADA	134,1	129,0	5,1

(1) O saldo de precatórios a pagar para fins de dívida consolidada desconta no exercício de 2024 e de 2025, os precatórios emitidos antes de 05/05/2000, conforme regramento do Manual de Demonstrativos Fiscais. Além disso, a partir de 2025, passaram a ser descontados também os valores depositados em conta específica pelo Estado para que o Tribunal de Justiça efetue pagamento de precatórios, enquanto o Tribunal não tenha utilizado esses valores para pagamento efetivo dos precatórios. Sem esses descontos, o saldo a pagar de precatórios em 2024 foi de R\$ 17,0 bilhões e em 2025, R\$ 16,6 bilhões.

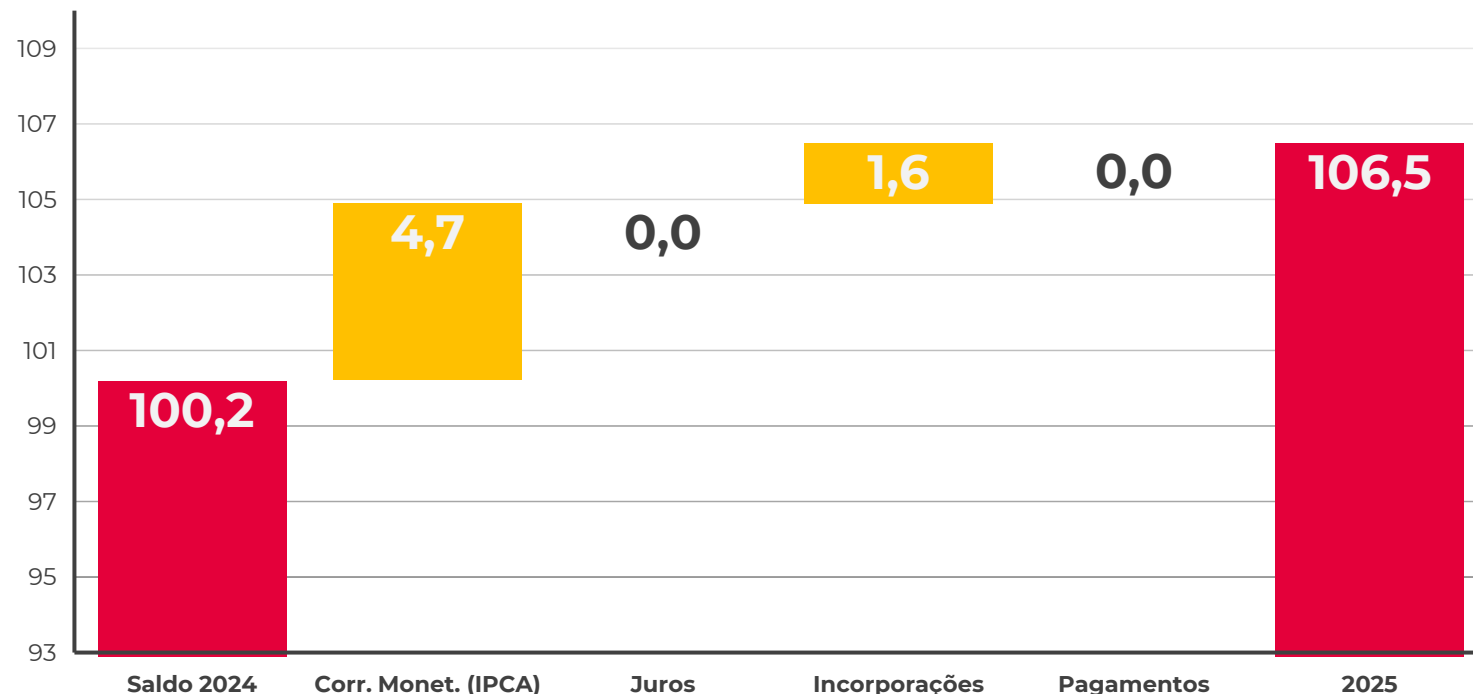
Dívida com a União 2025 X 2024

Saldo da Dívida com a União 2025 aumentou 6,3% em relação a 2024:

- Aumento de R\$ 4,7 bilhões pela correção do IPCA a partir da vigência da LC 206/2024
- Aumento de R\$ 1,6 bilhões em função de incorporações previstas no RRF.

Dívida com a União (R\$ milhões)

■ Aumento ■ Diminuição ■ Total



Dívida com a União - LC 206/2024

- Em razão da LC 206/24, por mais que não haja pagamento da dívida até maio/27, o valor da dívida estará inferior ao que estaria se os pagamentos fossem realizados;
- Os valores que seriam pagos à União estão sendo transferidos ao Funrigs e totalizarão R\$ 14,1 bilhões até maio/27;
- Perdão estimado de R\$ 19 bilhões, sendo que R\$ 14 bilhões devem ser utilizados no Plano Rio Grande.

Em bilhões R\$

Diferença encargos LC 206					
Período	Correção CAM	Juros	Total Encargos Contratuais	Correção IPCA (LC 206)	Diferença (Redução Saldo da Dívida)
Desde a LC 206/2024 até dezembro/2025	11,1	5,7	16,7	6,7	10,1

- A aplicação do IPCA no saldo devedor da dívida, considerando todo período da vigência da LC 206/2024 até o final de 2025 resultou em R\$ 6,7 bilhões, enquanto se fossem mantidos os encargos originais (Coeficiente de Atualização Monetária – CAM + Juros) a atualização do saldo devedor impactaria R\$ 16,8 bilhões.
- A mudança nos encargos já impactou na redução efetiva de R\$ 10,1 bilhões no saldo da dívida com a União.

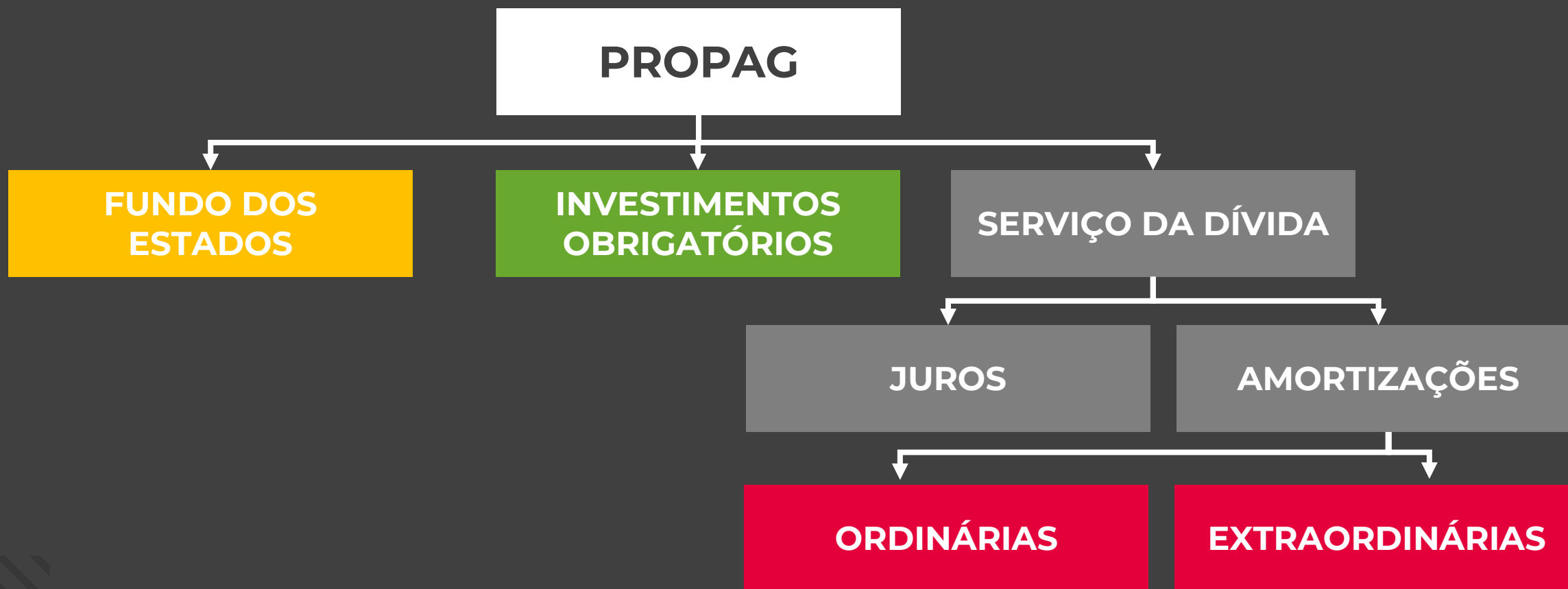
Dívida com a União - Propag

LEI COMPLEMENTAR
FEDERAL Nº 212, DE 13
DE JANEIRO DE 2025

- A Assembleia Legislativa aprovou o projeto que autoriza o governo do estado a aderir ao Propag, nos termos da Lei Complementar Federal nº 212/2025.
- O governo do Estado encaminhou, no final de dezembro de 2025 o pedido formal de adesão ao novo programa de refinanciamento da dívida.
- A vigência do Propag para o RS iniciará somente após o final da suspensão dos pagamentos em razão da calamidade climática. Até maio/2027, os pagamentos seguem suspensos com o direcionamento ao Funrigs dos valores das parcelas que seriam pagas no período.

Fluxos financeiros do Propag

O Propag vai dividir o atual fluxo financeiro do caixa do Estado para a União e criar fluxos que irão para os demais Estados via Fundo de Equalização e direcionar parte para o próprio Estado devedor.



No mês de **junho**, a **Secretaria da Fazenda** do Estado **enviou ofício ao Ministério da Fazenda informando a intenção do Estado em aderir ao Propag** e listando alguns ativos que poderiam ser considerados para amortização da dívida

Dívida com a União - Propag

ALTERNATIVAS ATUAIS QUE CONDICIONAM A TAXA DE JUROS A SER APLICADA NO PROPAG:

JUROS REAIS	AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	INVESTIMENTOS (no próprio Estado)	APORTE FUNDO DE EQUALIZAÇÃO
0%	20%	1%	1%
	10%	1,5%	1,5%
	-	2%	2%
1%	20%	-	1%
	10%	0,5%	1,5%
	-	1%	2%
2%	10%	-	1%
	-	0,5%	1,5%

Ativos a serem ofertados pelo RS

ATIVOS	DESCRIÇÃO	VALOR CONSIDERADO	AMORTIZAÇÃO
AÇÃO JUDICIAL IR CORSAN	Crédito de ação contra a União questionando valores de IR pagos pela Corsan	R\$ 1.848 milhões	IMEDIATA
RECEITAS FNDR	18,78% dos valores de FNDR a serem recebidos entre 2029 e 2055	R\$ 6.637 milhões	DIFERIDA
RECEITAS FPE	4,89% do FPE entre 2032 e 2039 9,77% do FPE entre 2040 e 2056	R\$ 12.822 milhões	DIFERIDA

TOTAL: R\$ 21.307 milhões

20% do saldo devedor da dívida com a União em 31.12.2025
(R\$ 106.540 milhões)

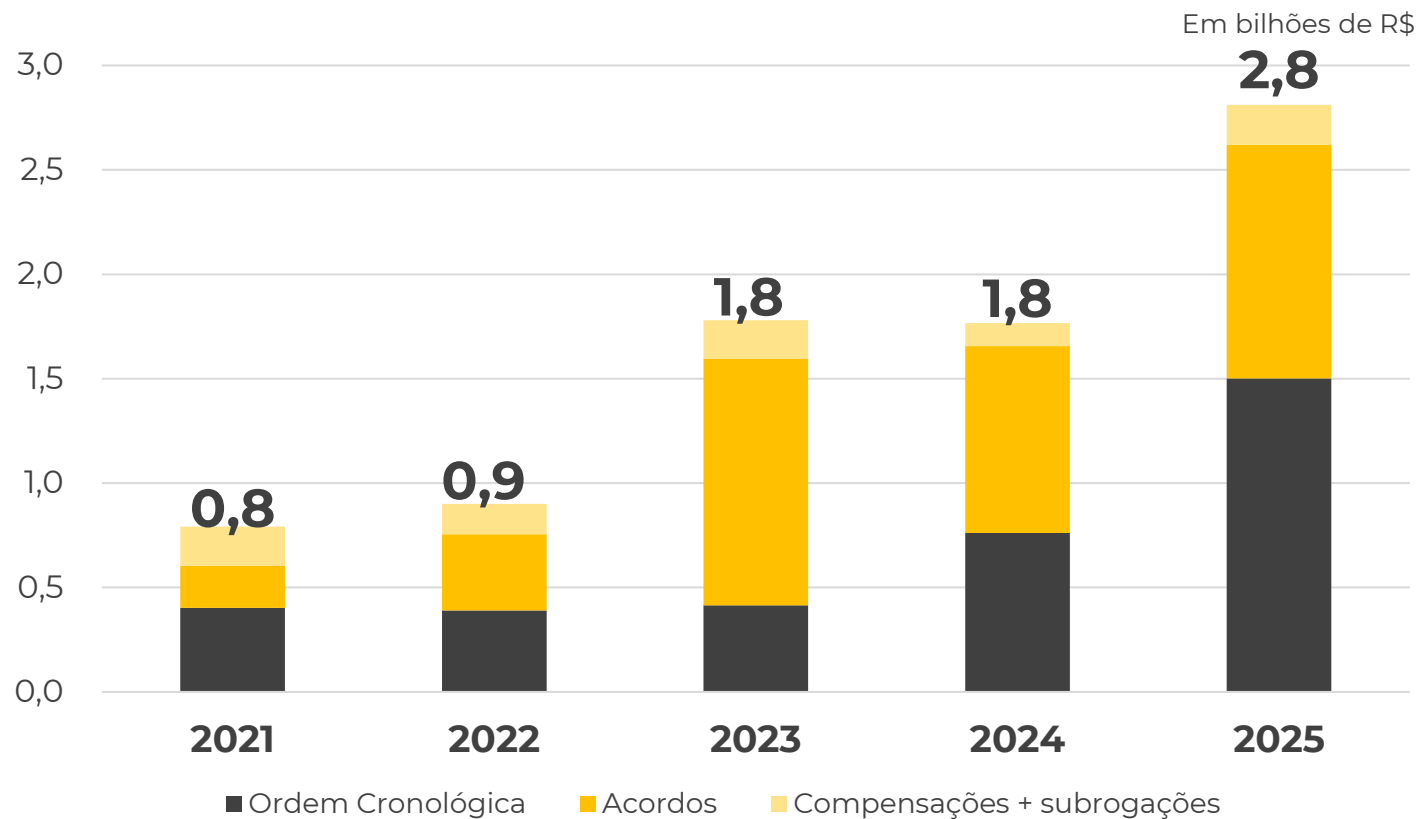
R\$ milhões de 2025

ANO	PACOTE 1 1% FEF + 1% INV	PACOTE 3 2% FEF + 2% INV	DIFERENÇA
2027	6.537,23	5.895,32	641,91
2028	4.570,61	5.820,70	-1.250,09
2029	4.574,51	5.746,07	-1.171,56
2030	4.576,56	5.671,45	-1.094,89
2031	4.576,67	5.596,83	-1.020,16
2032	4.820,08	5.522,20	-702,12
2033	4.808,18	5.447,58	-639,40
2034	4.763,94	5.372,95	-609,01
2035	4.718,30	5.298,33	- 580,03
2036	4.671,10	5.223,70	-552,60
2037	4.622,20	5.149,08	-526,88
2038	4.571,41	5.074,45	-503,04
2039	4.518,51	4.999,83	-481,32
2040	4.750,74	4.925,21	- 174,47
2041	4.677,71	4.850,58	- 172,87
2042	4.600,31	4.775,96	- 175,65
2043	4.517,85	4.701,33	-183,48
2044	4.419,69	4.626,71	-207,02
2045	4.315,52	4.552,08	- 236,56
2046	4.204,16	4.477,46	-273,30
2047	4.084,05	4.402,84	-318,78
2048	3.953,10	4.328,21	-375,11
2049	3.808,42	4.253,59	-445,16
2050	3.645,87	4.178,96	-533,09
2051	3.459,18	4.104,34	-645,16
2052	3.238,29	4.029,71	-791,42
2053	2.965,50	3.955,09	-989,59
2054	2.605,20	3.880,47	-1.275,26
2055	1.978,63	3.805,84	-1.827,21

A realização de amortização extraordinária no formato proposto gera **ganhos permanentes, especialmente por causa da redução de aportes ao FEF**

A perda em 2027 decorre apenas do crédito da Corsan, sem impacto financeiro efetivo

Pagamento de Precatórios



- **Pagamentos + compensações em 2025: R\$ 2,8 bilhões**
- **Pagamentos com recursos do Pró Sustentabilidade BID: R\$ 1,6 bilhão em 2024 e R\$ 1,2 bilhão em 2025**
- **Contratação de operação de crédito com bancos privados em 2025 no valor de R\$ 1,0 bilhão, que serão utilizados para pagamentos nos próximos exercícios**

Emenda Constitucional 136/2025

- O Estado terá que destinar 1,5% da RCL para o pagamento de precatórios a partir de 2026
- Até 2025, destinava 1,75% da RCL + os recursos de operação de crédito.
- Correção monetária e juros: passa a ser usada correção pelo IPCA + juros de 2% ao ano, com limitação pela taxa Selic

Alteração nas regras para os Precatórios

- Os entes federativos terão 'limites percentuais' fixos, em função do estoque de precatórios em mora (isto é, os precatórios atrasados), em proporção à sua Receita Corrente Líquida (RCL) do exercício anterior.

Estoque (precatórios atrasados) em % da RCL	Percentual de RCL
até 15%	1,0%
entre >15% e ≤25%	1,5%
>25% até ≤35%	2,0%
>35% até ≤45%	2,5%
>45% até ≤55%	3,0%
>55% até ≤65%	3,5%
>65% até ≤75%	4,0%
>75% até ≤85%	4,5%
>85%	5,0%

SIAC

→ No dia 23 de setembro foi provado o Projeto de Lei Complementar nº 279/2025, que impede a criação de novos passivos com o caixa único

Outros Passivos



DEPÓSITOS JUDICIAIS: utilizados R\$ 9,8 bilhões referentes ao estoque de terceiros. Recursos utilizados dos depósitos de terceiros é de 58%, sendo que a Constituição Federal prevê o máximo de 30%. **O Estado tem buscado a adequação por meio de pagamentos anuais e a suspensão de novos saques.**



DÍVIDAS DO CAIXA ÚNICO: passivo **zerado**, sendo que o passivo era de R\$ 9,9 bilhões em dezembro de 2019.

Projeções – LOA 2026 + IPCA e PIB entre 2027 a 2032

R\$ milhões

Projeções Atualização PRF RS	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Receitas Primárias (sem RPPS)	65.983	69.871	73.832	77.944	82.286	86.869	91.708
Despesas Primárias (sem RPPS)	71.057	71.361	74.192	77.531	81.083	84.885	87.921
Resultado Primário (sem RPPS)	-5.074	-1.490	-360	414	1.203	1.984	3.786
Receita Total	91.254	94.274	99.829	105.711	111.940	118.536	125.521
Despesa Paga Total	92.056	94.510	98.984	103.959	109.174	114.792	119.213
Fluxo de Caixa	-802	-236	845	1.752	2.766	3.744	6.307

Período de 2026 a 2027

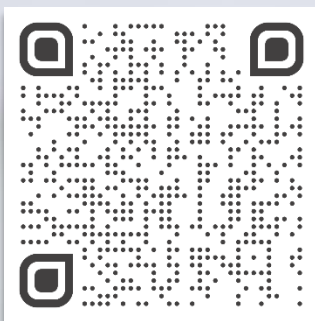
→ Volume mais alto de despesas primárias em decorrência da destinação das parcelas da dívida com a União suspensas nos termos da LC 206 ao FUNRIGS para gastos relacionados ao enfrentamento da calamidade pública e pagamento de precatórios com recurso de operação de crédito. Os resultados negativos indicam o comprometimento da disponibilidade de recursos em caixa, oriundos de superávits de exercícios anteriores.

Período de 2028 a 2032

→ Projeta-se fluxos de caixa positivos a partir de 2028 e resultado primário positivo a partir de 2029.

Relatório de Transparência Fiscal

ACESSE NA ÍNTEGRA



Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul

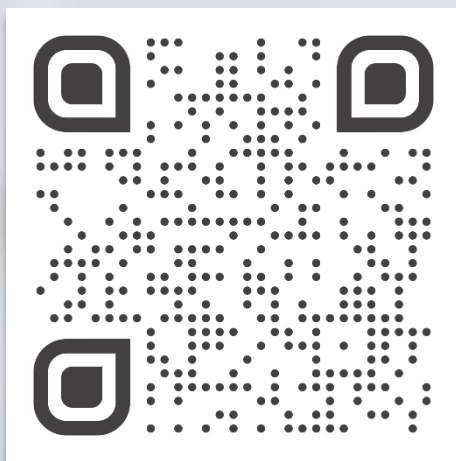


MAIS INFORMAÇÕES

ACESSE OS RELATÓRIOS

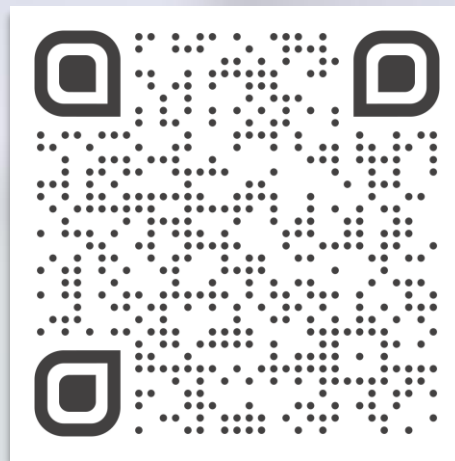


Portal da Dívida Pública



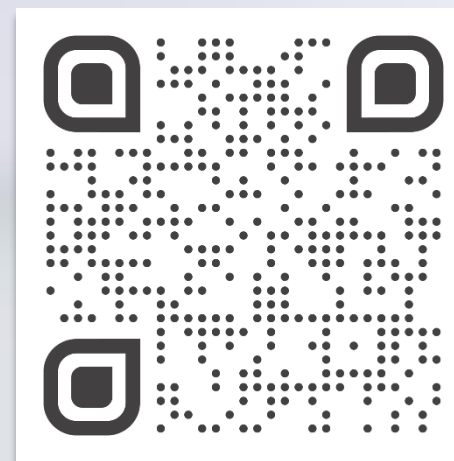
Tesouro do Estado

RS Contábil



Cage – Contadoria e
Auditoria Geral do Estado

Receita Dados



Receita Estadual

Obrigado!

 /sefazrs  @sefaz_rs

SECRETARIA DA
FAZENDA



GOVERNO
DO ESTADO
**RIO
GRANDE
DO SUL**